



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHE PARA AS SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI, DE FORMA FRACIONADA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA CEIA REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8500992-27.2017.8.06.0000).

CT N.º 09/2017

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Superintendente da Área Judiciária, Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão e por seu Secretário de Administração e Infraestrutura, Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa, e, de outro lado, a empresa **CEIA REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA**, com sede na Rua Contra Almirante Hidelfonso Moura, nº 49, Bairro Centro, Macau/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.811.101/0001-67, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Wbiranilton Linhares de Araújo, portador da cédula de identidade nº 808 740-SSP-RN e inscrito no CPF/MF nº 423.282.094-91, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

1. Fundamenta-se o presente instrumento na proposta apresentada pela Contratada e no resultado da Licitação, sob a modalidade Pregão Presencial nº 02/2016, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte - TJ/RN, o qual originou a Ata de Registro de Preços nº 36/2016, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aderiu, tudo de conformidade com as disposições da Resolução do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nº 02,

CT N.º 09/2017



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

de 05 de março de 2015, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/1994, nº 9.648/1998, nº 9.854/1999, Decreto nº 7.892/2013, e de acordo com o Processo Administrativo nº 8500992-27 2017.8.06.0000.

Cláusula Segunda – Da Vinculação ao Edital e a Proposta

2. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Presencial 02/2016 do TJRN e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

Cláusula Terceira – Do Objeto

3. O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de refeições e lanches nas sessões do Tribunal do Júri da Comarca de Fortaleza, considerado os itens abaixo, pertencentes ao Lote 3 da ARP nº 36/2016 do TJRN:

ITEM	UND.	QTD	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
5	UNID	2000	REFEIÇÃO, TIPO QUENTINHA. 1- Refeição: a) dois tipos de carnes. Sugestões. (bife, frango assado ou grelhado, peixe ao molho ou assado, podendo ser filé ou em posta; b) um tipo de arroz (refogado ou à grega); c) um tipo de salada (hortaliças diversas – tomate, pimentão, cebola e alface); d) um tipo de feijão (verde, canoquinha ou preto); e) um tipo de macarrão; f) um tipo de farofa. 2-Refrigerante (lata c/350ml): duas ou mais variedades (coca-cola, guaraná ou fanta) ou Suco de frutas (copo c/200ml): duas mais variedades (goiaba, acerola, graviola, maracujá, abacaxi, caju). OBS: As refeições devem conter no mínimo 700g (setecentos gramas) e deverá ser servidas utilizando as embalagens em alumínio ou isopor, descartáveis, com divisões internas e	R\$ 21,00	R\$ 42.000,00



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

			tampa.		
6	UNID	4000	LANCHE: 1-fruta (banana ou maçã) ou 01 (uma) fatia de bolo simples(sem cobertura ou recheio); 2-Misto quente (pão de sanduíche ou torrada, queijo mussarela, presunto, alface, tomate e molho sachê); 3-Refrigerante (lata c/350ml): duas ou mais variedades, ou Suco: duas ou mais variedades.	R\$ 13,00	R\$ 52.000,00
TOTAL					R\$ 94.000,00

3.1. Os serviços serão executados em estrita obediência às especificações constantes do Edital do Pregão Presencial nº 02/2016-TJRN e seus anexos, em especial o Termo de Referência, Ata de Registro de Preços nº 36/2016, bem assim, na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

Cláusula Quarta – Do Valor Contratual

4. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo serviço de fornecimento das refeições e lanches, um valor global de **R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais)**, em conformidade com as cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento Contratual, e, bem assim, de acordo com os preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 36/2016-TJ/RN.

Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária

5. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU, tendo como Fonte os Recursos Ordinários, na seguinte dotação orçamentária:

04200031.02.122.500.21814.1500000.33903900.27000.1.20.

Cláusula Sexta – Do Prazo, Condições de Entrega e Prestação dos Serviços

6.1 A Contratada será informada sobre o local e o horário de entrega, a especificação e a quantidade dos lanches, até 48(quarenta e oito) horas antes do horário determinado para fornecimento;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

6.1.1 Os locais de entrega serão nas dependências do Fórum Clóvis Beviláqua situado à Rua Des. Floriano Benevides Magalhães, 220-Edson Queiroz, Fortaleza-Ceará.

6.2 A solicitação do pedido deverá ser feita pelo Gestor do Contrato ou a quem este designar, notadamente por meio de ordens de fornecimentos com detalhamento do quantitativo e descritivo dos lanches, bem como local e horário de entrega;

6.3 O fornecedor deverá entregar as refeições em horários estipulados pelo Gestor do contrato, observando uma antecedência de 30 (trinta) minutos do horário das refeições;

6.4 O Gestor do Contrato ou o responsável designado poderá cancelar a requisição total ou parcialmente com, no mínimo, 04 (quatro) horas de antecedência do horário previsto para a entrega das refeições/lanches, sem que o TJCE seja obrigado a efetuar o pagamento do quantitativo solicitado.

6.5 Quando for solicitado pelo Tribunal de Justiça, a contratada deverá fornecer relação com os nomes dos seus funcionários encarregados pelo transporte das refeições.

6.6 Se após o recebimento, constatar-se que os alimentos fornecidos foram entregues em desacordo com a correspondente proposta de preços, fora das especificações fixadas ou incompletas, depois da CONTRATADA ter sido regularmente notificada, esta terá o prazo de trinta minutos para substituir dentro das referidas especificações, ficando estabelecido que o CONTRATANTE aceitará apenas uma única substituição.

6.7 O recebimento dos produtos não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.8 O Gestor do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Cláusula Sétima – Da Vigência do Contrato

7.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário da Justiça Eletrônico do TJCE, podendo, nas hipóteses previstas no art. 57, §1º da Lei 8.666/93, ser alterado, desde que devidamente justificado.

7.2. Quando o prazo final para término da vigência contratual recair em um dia que não haja expediente administrativo no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

7.3. Salvo os feriados nacionais, do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza, aqueles que sejam formalmente declarados como ponto facultativo ou suspensos em razão do interesse público, todos os demais dias, das segundas às sextas-feiras, serão considerados como de expediente administrativo no Tribunal de Justiça, para todos os fins deste Contrato.

Cláusula Oitava – Da Garantia Contratual



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

8.1. Assinado o presente Contrato a CONTRATADA deverá prestar, garantia, em favor do CONTRATANTE, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global da respectiva avença, conforme autorizado no § 3º, do Art 56 da Lei nº 8.666/1993, no prazo máximo de dez (10) dias úteis, com validade até três (03) meses após o término da vigência contratual, através de uma das modalidades previstas no dito diploma legal.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência da entrega dessa garantia contratual, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

8.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) indenização em virtude de prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) indenização em virtude de prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração a CONTRATADA; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA

8.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

8.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, a título de garantia, a serem depositados em favor do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

8.6. Tendo a CONTRATADA prestado garantia, poderá ser solicitado, formalmente, a liberação ou restituição desta, após decorridos 3 (três) meses do final da vigência contratual e do cumprimento de todas as obrigações assumidas no Contrato, a qual deverá ser devolvida pelo CONTRATANTE no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data do pedido ao gestor do contrato.

Parágrafo único – A liberação ou restituição da garantia referida no item 8.6, quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente

8.7. A perda da garantia em favor do CONTRATANTE, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á, de pleno direito, depois que concluído o procedimento administrativo em que se determinou, afóra outras penalidades, a aplicação de multa à CONTRATADA

8.8. A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, em conformidade com o art. 56, § 2º, da Lei nº 8.666/93, no prazo máximo de 5 (dias) dias, contado da data de verificação qualquer uma dessas hipóteses.

Cláusula Nona – Das Condições de Pagamento

9.1 Os pagamentos serão realizados mediante crédito em conta-corrente em nome da CONTRATADA.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

preferencialmente nas agências do Banco Bradesco S/A, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato.

9.1.1 A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em nome do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU, CNPJ nº 41.655.846/0001-47.

9.1.2 Nenhum pagamento isentará a empresa fornecedora das suas responsabilidades e obrigações assumidas no contrato.

9.1.3 O Tribunal de Justiça do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste Contrato.

9.2 Os pedidos de pagamento deverão, ainda, vir acompanhados dos seguintes documentos:

a) Apresentar planilha de resumo de entregas realizadas e as comandas devidamente assinadas (assinatura legível);

b) Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

9.2.1 Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

9.3 Caso a CONTRATADA não apresente alguma das certidões negativas de débitos exigidas, o pagamento será feito com ressalva, sendo que o fornecedor será notificado para regularizar as pendências apontadas no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados no recebimento da notificação, sob pena de ter o contrato rescindido, independentemente da aplicação da multa prevista neste Contrato por descumprimento contratual.

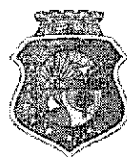
9.4 É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste Instrumento.

9.5 A Nota Fiscal/Fatura, a que se refere o item 9.1., deste contrato, além de estar acompanhada dos documentos previstos nos incisos do referido dispositivo, deverá ser emitida imediatamente após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo, para fins de liquidação e pagamento dentro do prazo estabelecido neste instrumento contratual.

9.6 A Secretaria de Finanças do CONTRATANTE, quando a lei assim o determinar, efetuará todos os descontos legais, bem assim, aqueles decorrentes de multas eventualmente aplicadas a CONTRATADA, por infração a cláusulas deste contrato.

9.7 Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, ficará pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

Cláusula Décima – Das Obrigações das Partes



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

10.1. Caberá à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações, além daquelas previstas no Edital e Anexos do Pregão Presencial n.º 02/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 36/2016-TJ/RN:

- a) prover todos os meios necessários à garantia do pleno atendimento das obrigações ora assumidas neste instrumento contratual, não podendo alegar, mesmo nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza, ou por motivo de força maior, o atraso na execução e entrega do(s) Serviço(s), má execução ou inexecução do contrato, decorrente do Edital de Licitação do Pregão Presencial n.º 02/2016 e seus anexos;
- b) nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- c) manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- d) responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato a ser firmado;
- e) manter os seus funcionários, quando do fornecimento e distribuição das refeições, sujeitos às normas disciplinares do TJ/CE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o referido Órgão;
- f) manter, ainda, os seus funcionários identificados por crachá, quando do fornecimento e distribuição das refeições, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;
- g) respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;
- h) responder pelos danos causados diretamente ao Fórum da Comarca solicitante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento das refeições, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo TJ/CE;
- i) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários no recinto do CONTRATANTE;
- j) fornecer as refeições em rigorosa e estreita conformidade com as exigências e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem assim, em consonância com a sugestão de cardápio e quantidades fixadas e solicitadas pelo Fórum, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade da contratada a preparação, acondicionamento e transporte e distribuição, quando for o caso;
- k) entregar o objeto nos prazos e condições estipulados neste Contrato, acompanhado da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na Autorização de compra, endereço do Fornecedor com o telefone
- l) assumir inteira responsabilidade pela preparação, acondicionamento, transporte e distribuição das referidas refeições, devendo os alimentos ser transportados em cubas fechadas e totalmente higienizadas, para as dependências do Fórum, onde se dará as distribuições, bem como garantir o fornecimento de todos os equipamentos, desde a preparação até o devido consumo dos alimentos, e, ainda, assegurar que os mesmos possuam condições adequadas, de acordo com as normas pertinentes a legislação vigente;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- m) garantir o fornecimento de todos os utensílios necessários à execução do serviço, tais como: talheres descartáveis, guardanapos, palitos, sachê de condimentos (sal, maionese e kathup), quando da distribuição das quentinhas;
- n) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TJ/CE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como, dar ciência ao TJ/CE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- o) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do CONTRATANTE, no tocante ao fornecimento das refeições e lanches, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento contratual;
- p) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de vinte e cinco por cento (25%) do valor global, servindo como base de cálculo para as alterações os preços unitários constantes da respectiva proposta de preços, bem como da respectiva Ata de Registro de Preços;
- q) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto, sem prévia e expressa autorização da Secretaria de Administração, sendo que a responsabilidade técnica caberá sempre à CONTRATADA, em qualquer caso, não sendo transferida sob nenhum pretexto;
- r) assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
 - s) responsabilizar-se pelos salários, por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
 - t) responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
 - u) responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,
- v) comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail, fax e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelo CONTRATANTE;
- w) cumprir também, com todas as obrigações não consignadas expressamente neste subitem, mas que previamente estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 02/2016 e Ata de Registro de Preços nº 36/2016-TJ/RN;
- x) Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Tribunal de Justiça, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

10.2 A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

10.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

10.4 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Contrato, bem como, aplicar a CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso;
- b) efetivar a satisfação do crédito da CONTRATADA nos precisos termos dispostos neste Contrato;
- c) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinente ao objeto do presente Contrato;
- d) assegurar, observadas as normas de segurança do CONTRATANTE, o acesso dos empregados da CONTRATADA ao local onde serão entregues as refeições objeto deste instrumento contratual;
- e) efetuar o recebimento e aferição das refeições objeto desta avença, através da comissão designada para este fim, ou por servidor designado por autoridade competente do CONTRATANTE para funcionar como fiscal deste contrato, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- f) verificar, através da comissão designada para este fim, ou por servidor designado por autoridade competente do CONTRATANTE para funcionar como fiscal deste contrato à conferência e recebimento das refeições, e, se estão em estreita conformidade com as especificações e características consignadas no Edital de Licitação do Pregão Presencial n.º 02/2016, Ata de Registro de Preços n.º 36/2016-TJ/RN e na proposta de preços;
- g) comunicar a CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade constatada na entrega das refeições, exigindo que o mesmo adote as providências necessárias para sanar os problemas;
- h) sustar o recebimento das refeições que não estiverem em conformidade com as especificações e características Edital de Licitação do Pregão Presencial n.º 02/2016 e da Ata de Registro de Preços n.º 36/2016-TJ/RN
- i) exigir, sempre que necessário, a apresentação da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram a contratação do fornecedor e habilitação no processo licitatório;
- j) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações;
- k) Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento
- l) Pagar os valores empenhados, em até 30 dias após o recebimento definitivo, desde que os pedidos de pagamento venham acompanhados das devidas notas fiscais e das comprovações de recolhimentos fiscais



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- ou certidões julgadas necessárias pela Secretaria de Finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- m) Exercer, através do Gestor do Contrato, a fiscalização dos fornecimentos, a fim de zelar pela boa execução do objeto licitado, comunicando ao setor competente quaisquer irregularidades para que sejam adotadas as providências cabíveis.
- n) Sustar o recebimento das refeições que não estiverem em conformidade com as especificações e características constantes da respectiva proposta de preços;
- o) Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades encontradas nos serviços prestados;
- p) Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

Cláusula Décima Primeira – Alteração de Preços

11.1. Durante a vigência deste instrumento contratual os preços contratados poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93, nos moldes previstos pela Ata de Registro de Preços nº 36/2016-TJRN, em sua Cláusula 4ª – Da Revisão de Preços.

Cláusula Décima Segunda – Das Penalidades Administrativas

12.1. Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas neste contrato, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará a CONTRATADA sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

- a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos ao CONTRATANTE;
- b) multa, salvo previsão diversa no instrumento convocatório ou no contrato, de:
- b.1) Pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem;
- b.2) Pela recusa em efetuar o fornecimento do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;
- b.3) Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;
- b.4) Pela recusa do Contratado em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
- b.5) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no contrato ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até cinco anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE enquanto



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.2. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou firmar contratos com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa.

12.3. Os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo, ao final, serem quitados, espontaneamente, pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de recebimento da comunicação respectiva

12.4. Expirado o prazo fixado no item 12.3 desta Cláusula, e não tendo havido a quitação espontânea pela CONTRATADA, o CONTRATANTE fica autorizado a descontar da respectiva garantia contratual, ou de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, a importância correspondente à multa ainda não quitada.

12.5. Em última hipótese, o saldo remanescente será cobrado judicialmente, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula Décima Terceira – Da Fiscalização

13.1. O CONTRATANTE para o integral cumprimento deste Contrato deverá designar comissão designada para este fim, ou por servidor designado por autoridade competente do CONTRATANTE para funcionar como fiscal do contrato, com conhecimento técnico na respectiva área, para recebimento, conferência e acompanhamento da prestação do serviço objeto deste Contrato, cabendo à gestão do antedito instrumento ao Núcleo de Gestão de Contratos.

13.2. A Comissão e/ou Servidor referidos no item anterior, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da comissão designada para este fim, ou por servidor designado por autoridade competente do CONTRATANTE para funcionar como fiscal do contrato deverá ser encaminhada ao Divisão de Contratos e Convênios, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes

13.4. A CONTRATADA deverá exercer fiscalização permanente sobre a execução do presente contrato, objetivando, sobretudo, a manutenção do elevado padrão de qualidade da prestação dos serviços contratados, evitando o descumprimento das cláusulas deste contrato.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão Contratual



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

14.1. A rescisão do Contrato ocorrerá conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.3. A rescisão determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos de I a XI, da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências elencadas no art. 87 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

14.4. Ocorrendo a rescisão de que trata esta Cláusula, não caberá à CONTRATADA qualquer indenização, salvo se motivada pelas hipóteses previstas nos incisos XII a XVII do Artigo 78, sem culpa da CONTRATADA, sendo devido apenas o pagamento relativo aos serviços efetivamente executados, e desde que aprovados pelo CONTRATANTE, deduzidas as multas que eventualmente tenham sido aplicadas.

14.5. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivadas nos autos de processo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade do CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras

14.6. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados

Cláusula Décima Quinta – Da Fundamentação e da Vinculação

15.1. O presente instrumento fundamenta-se na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no disposto do art. 22, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993 com suas posteriores alterações, e vincula-se, fazendo parte deste, independentemente de transcrição, ao Edital de Licitação do Pregão Presencial nº 02/2016 e seus anexos, como também, a Ata de Registro de Preço nº 36/2016-TJRN.

Cláusula Décima Sexta – Dos Casos Omissos

16.1. Fica estabelecido que, na ocorrência de algum fato não previsto neste Contrato e Anexo, a solução caberá às partes, respeitada o seu objeto, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº. 8.666, de 1993, aplicando-lhe, se for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e às disposições do Direito Privado.

Cláusula Décima Sétima – Da Publicação



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

17.1. O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, ficando sua validade e eficácia sujeita à publicação, por extrato, no Diário da Justiça Eletrônico - DJe, nos termos e para os fins do disposto no art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula Décima Oitava – Dos Recursos Administrativos


18.1. Da aplicação das penalidades previstas, bem como da rescisão unilateral deste Contrato por ato do CONTRATANTE, caberá recurso, sem caráter suspensivo, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

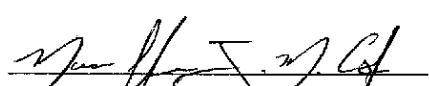
Cláusula Décima Nona – Do Foro

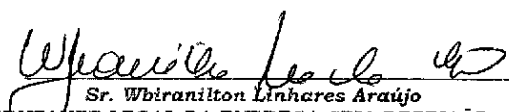
19.1. Fica eleito o foro do município de Fortaleza, Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo, cujo extrato será publicado no Diário da Justiça Eletrônico, para que surta os devidos e legais efeitos.

Fortaleza, 03 de ABRIL de 2017.


Dr. Nilton Rodrigues de Andrade Aragão
SUPERINTENDENTE DA ÁREA JUDICIÁRIA DO TJCE
CONTRATANTE


Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TJCE
CONTRATANTE


Sr. Wbiranilton Linhares Araújo
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CEIA REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA.
CONTRATADA (CARIMBO/ASSINATURA)

Testemunhas _____